



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1018738-48.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Planos de Saúde**
 Requerente: **Janaina Aparecida dos Santos de Lima**
 Requerido: **Unimed São Carlos**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

JANAINA APARECIDA DOS SANTOS DE LIMA, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Procedimento Ordinário em face de Unimed São Carlos, alegando seja titular do plano de saúde empresarial nº 0 015 108000341402 7, descontado diretamente de sua folha de pagamento pelo empregador, e tendo recebido recentemente o diagnóstico de estar acometida por neoplasia maligna (câncer), com indicação médica para tratamento com a Radioterapia de Intensidade Modulada (IMRT), pedido que dirigiu à ré a fim de que o tratamento fosse autorizado, dela obtendo negativa em autorizar o procedimento, aumentando o risco de que o câncer se alastre afetando outros órgãos do seu corpo, à vista do que requereu seja cominada à ré, na forma do artigo 461 do Código de Processo Civil, autorize o imediato início do tratamento de radioterapia IMRT (radioterapia de intensidade modulada), a ser realizada junto a rede de hospitais credenciados, custeando todas as despesas necessárias, sob pena de multa de R\$1.000,00 por dia, condenando a ré ao pagamento de honorários advocatícios no importe de 20% sobre o valor da causa.

A ré contestou o pedido sustentando que de fato negou a autorização reclamada pela autora, justificando a negativa no fato de que o rol de procedimentos de cobertura obrigatória editado pela ANS, a Resolução Normativa 338/2013, somente prevê a obrigatoriedade de custeio desse procedimento em caso de tumores da região da cabeça e pescoço, por se tratar de procedimento de alto custo e alta complexidade, impugnando eventual interpretação de que se trate de rol meramente exemplificativo, de modo a concluir que o tratamento vindicado pela autora não conta com previsão contratual, de modo a concluir pela improcedência da ação.

A autora replicou reafirmando os pleitos da inicial.

É o relatório.

Decido.

Conforme já decidiu o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, “*aplica-se ao caso o Enunciado nº 102 do Tribunal de Justiça: “havendo expressa indicação médica, é abusiva a negativa de cobertura de custeio de tratamento sob o argumento da sua natureza experimental ou por não estar previsto no rol de procedimentos da ANS”*” (cf. Ap. nº 1024863-05.2014.8.26.0554 - 7ª Câmara de Direito Privado TJSP - 26/01/2016 ¹).

E não haverá, em favor da ré, à vista da prova documental acostada à inicial, alegar que o rol da ANS, ao não incluir expressamente o procedimento de *radioterapia na*

¹ <https://esaj.tjsp.jus.br/cjsgr/resultado>

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

modalidade IMRT, o excluiu, argumentando se tenha ali um rol taxativo, porquanto dita interpretação contrarie entendimento pacificado pelo mesmo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em sua Súmula nº 102, cujo verbete é o seguinte: “*Havendo expressa indicação médica, é abusiva a negativa de cobertura de custeio de tratamento sob o argumento da sua natureza experimental ou por não estar previsto no rol de procedimentos da ANS*”.

Também aplicável a Súmula nº 96 do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, segundo a qual “*Havendo expressa indicação médica de exames associados a enfermidade coberta pelo contrato, não prevalece a negativa de cobertura do procedimento*”.

No mesmo sentido, o acórdão: “*Plano de saúde – Ação de obrigação de fazer – Negativa de cobertura para tratamento de câncer com radioterapia na modalidade IMRT, por falta de inclusão no rol da ANS – Inadmissibilidade – Aplicação da Súmula 102 do Tribunal de Justiça – Cabe ao médico especialista eleger o tratamento mais conveniente à cura do paciente e não ao plano – Sentença mantida – Recurso improvido*” (cf. Ap. nº 1024863-05.2014.8.26.0554 - 7ª Câmara de Direito Privado TJSP - 26/01/2016²).

Em resumo, a ação é procedente, cumprindo confirmada a medida que antecipou a tutela, cabendo à ré arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE a presente ação, em consequência do que COMINO à ré Unimed São Carlos a obrigação de autorizar e custear o tratamento de radioterapia IMRT (radioterapia de intensidade modulada) em favor da autora JANAINA APARECIDA DOS SANTOS DE LIMA, a ser realizado em hospitais credenciados, sob pena de multa diária de R\$ 1.000,00 (*mil reais*), mantidos os termos da medida que já concedeu a antecipação da tutela nestes autos, e CONDENO a ré pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado.

P. R. I.

São Carlos, 01 de fevereiro de 2016.

VILSON PALARO JÚNIOR

Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

² <https://esaj.tjsp.jus.br/cjsgr/resultado>